



V Reunião de Ministros dos Assuntos dos Mares da CPLP

RELATÓRIO BALANÇO DO PLANO DE AÇÃO DO MINDELO 2019-2021

LUANDA, 2022



1. A “CPLP” E URGÊNCIA OCEÂNICA

Os oceanos ocupam mais de 70% do planeta, contendo quase 97% de toda a água existente na terra. São imprescindíveis na regulação do clima e das demais condições meteorológicas e são o habitat natural para a maior biodiversidade do nosso planeta. Assim, o oxigénio que respiramos, a água que bebemos, e muitos alimentos que ingerimos, liga-nos aos oceanos.

A urgência da ação oceânica tem a sua origem nas preocupações ambientais mais amplas, em articulação com uma tomada de consciência crescente da necessidade da preservação dos ecossistemas oceânicos. Tornando cada vez mais urgente a implementação de um conjunto de ações que visam o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), nomeadamente o 14, que tem como pilares fundamentais a proteção sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros e a significativa e gradual redução da poluição e acidificação dos oceanos.

Assim, torna-se urgente a implementação de políticas, no sentido de fazer da CPLP uma comunidade unida na valorização dos oceanos e suas potencialidades sustentáveis, transformando as suas águas marítimas em um dos mais importantes contribuintes para a criação de riqueza, numa lógica sustentável de prospeção e exploração dos novos espaços e recursos, sustentados no conhecimento científico e no desenvolvimento tecnológico,

Nestes termos, é importante enfatizar a importância do mar para o homem e a importância do homem na sanidade dos oceanos e do planeta, que deles depende. Dar enfoque, igualmente, à necessidade de a ciência auxiliar a proteção e a saúde dos oceanos, bem como à urgência da questão da proteção dos oceanos para a sobrevivência do planeta e do próprio homem.

2. OBJETIVOS GERAIS DA “ESTRATÉGIA DA CPLP PARA OS OCEANOS”:

- a) Promover os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- b) Contribuir para uma melhor gestão e desenvolvimento sustentável dos oceanos, através da aplicação da abordagem multisetorial (incluindo as abordagens de defesa, ambiental, científica, tecnológica, social e económica) e da cooperação internacional;
- c) Promover a constituição de áreas marinhas protegidas nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nos Estados membros da CPLP;
- d) Promover medidas de compreensão e de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras;
- e) Contribuir para o reforço de uma rede de recursos humanos capacitada para desenvolver uma política de oceanos integrada;
- f) Promover medidas de aproveitamento económico dos recursos marinhos, incluindo o encorajamento de parcerias empresariais.



3. BALANÇO DO PLANO DE AÇÃO DO MINDELO 2019-2021 – AÇÕES DE CABO VERDE, BASEADO NOS OBJETIVOS TRAÇADOS

3.1. Ações, Progressos E soluções bem-sucedidas

A. OPERACIONALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO MAR (IMAR),

A criação do IMAR baseou-se numa estratégia de desenvolvimento sustentado das atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico nos domínios do mar e seus recursos, e assenta numa opção clara de desenvolvimento, modernização e adequação aos reais propósitos de uma investigação aplicada, através do estabelecimento de sinergias, obtenção de “massas críticas” em diferentes áreas científicas e da racionalização da sua gestão.

O IMAR tem por missão promover e coordenar a investigação científica aplicada nos domínios do mar e seus recursos, assegurando a implementação de estratégias e políticas nacionais nas suas áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento científico, económico e social. De realçar ainda que, o IMar é a Autoridade Técnica Nacional no domínio da Investigação Haliêutica, e especificamente nas áreas de Oceanografia, Biologia Marinha e Pesqueira, Aquacultura, Desenvolvimento de Tecnologias de Pesca e de Pescado e nas Estatísticas de Pesca.

No âmbito do Plano de Ação do Mindelo 2019-2021, destaca-se as seguintes ações implementadas e em curso:

- (i) **Implementação do Centro De Informação De Tunídeos** que visa assegurar o conhecimento e a exploração sustentável dos recursos vivos do mar. O projeto visa operacionalizar o centro e sistema de recolha de dados oceanográficos adquiridos via satélite, que permitam o seu tratamento através da variação da temperatura da superfície da água do mar e dos padrões de energia e circulação, para identificação de zonas potenciais de pescas de tunídeos, de acordo com a rota de migração destas mesmas espécies.
- (ii) **Definição das linhas prioritárias de investigação haliêutica**, no quadro do qual se estabeleceu as linhas prioritária de investigação e ainda se delineou o Plano Estratégico de Investigação e Plano de Ação.
- (iii) **Realização de estudos biológicos e recrutamento dos principais recursos da pesca, incluindo tamanho mínimo, com prioridade para a cachorrinha** - são realizadas amostragens biológicas de acordo com disponibilidade de amostras no mercado, das espécies constantes do plano amostral do instituto, como forma de recolher informações das espécies para a produção de estudos científicos.
- (iv) **Elaboração e implementação de propostas de medidas de mitigação das capturas de Tubarões na pescaria de palangre de superfície** – o fim desta ação esta prevista para o ano 2023 com elaboração do Plano de Conservação dos Tubarões.
- (v) **Preparação, socialização e transmissão de dados relevantes de capturas e esforços de pesca de tunídeos aos stakeholders** - Os dados são recolhidos e compilados no decorrer do segundo trimestre e enviados aos *stakeholders* no terceiro, no entanto, no primeiro trimestre esta atividade não foi desenvolvida.



- (vi) **Em curso, estudos de biologia reprodutiva**, com o objetivo de determinar a época reprodutiva das espécies estudadas e elaborar escala macroscópica de desenvolvimento gonadal das mesmas.
- (vii) **Criação Sistema Estatístico Das Pescas** que se enquadra dentro do ODS 14- “Conservar e usar sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para desenvolvimento sustentável” e, no programa do governo no eixo PESCA - Assegurar o conhecimento e a exploração sustentável dos recursos vivos do mar. O projeto visa essencialmente, implementar um sistema de recolha de informação de natureza socioeconómico que servirá de base de cálculo de indicadores macro económicos do sector das pescas, definir e pôr em prática uma base de dados sobre pesca, a biodiversidade, os operadores e as respetivas comunidades, como instrumento de trabalho para a investigação e desenvolvimento socioeconómico das pescas, bem como implementar uma rede informática, para intercâmbio de dados entre os diferentes serviços, no seio do IMar e, entre este e os demais serviços do sector.
- (viii) **Um leque de formação E Capacitação de Quadros E Operadores de Pesca**, enquadrado no ODS 8 “promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos” e no programa do governo no eixo PESCA - Assegurar o conhecimento e a exploração sustentável dos recursos vivos do mar.

B. INSTALAÇÃO O PERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO OCEANOGRÁFICO DO MINDELO – OSCM

O *Ocean Science Center* Mindelo, é uma instalação conjunta do *GEOMAR Helmholtz Centre for Ocean Research Kiel*, Alemanha, e do IMar - Instituto do Mar - em Mindelo, Cabo Verde. Como um centro permanente de pesquisa moderna, o *Ocean Science Center* Mindelo tem o objetivo de fornecer uma base multifuncional para observação oceânica de longo prazo e pesquisa de campo na região tropical do Atlântico Nordeste e criar oportunidades para fortalecer as capacidades e a educação acadêmica na África Ocidental.

No decorrer do ano 2021 foram realizadas campanhas através de oportunidades oferecidas por vários navios de investigação estrangeiros com quem o OSCM coopera, como forma de compensar e cumprir com a atividade de monitorização do CVOO.

Ademais o OSCM tem participado em vários projetos em parceria com instituições e universidades estrangeiras, principalmente europeias. De destacar, no âmbito Plano de Ação do Mindelo 2019-2021, as seguintes ações no âmbito dos projetos AANChOR, ASKOS, CEM-CV, COLLECT, GAME, OpenMODS e WASCAL:

- (i) **AANChOR** – O OSCM participa principalmente na componente “Ações-Piloto Conjuntas Totalmente Atlânticas” na componente “All-Atlantic Ocean Capacity Development and Training Platform”. Trata-se de uma Ação Piloto Conjunta sobre o Desenvolvimento de Capacidades (AA-TP) e planeia estabelecer a AATP "All Atlantic Training Platform" como uma ferramenta para identificar necessidades de formação, lacunas, iniciativas e criar seminários, escolas de verão, e universidades flutuantes para o benefício dos cientistas e técnicos nas ciências oceânicas em início de carreira. Também visa racionalizar e reunir as iniciativas de formação existentes, novos desafios



- e encontrar formatos novos e atrativos para incluir todos os interessados, o que é essencial para proporcionar a melhor formação possível aos jovens talentos.
- (ii) **ASKOS** - Como parte das atividades de calibração/validação da do satélite Aeolus, a campanha experimental ASKOS-ESA começou em junho/julho de 2021 no OSCM. A ASKOS utiliza instrumentação avançada de deteção remota e in situ para fornecer observações de aerossóis, nuvens, vapor de água e vento, de alta qualidade e precisão. Estas medições serão utilizadas para a calibração e avaliação da Aeolus e de outros produtos atmosféricos. A 22 de Agosto de 2018 foi lançado com sucesso o satélite Aeolus que transporta o primeiro LIDAR Doppler no espaço. O Aeolus fornece, pela primeira vez, medições de perfis globais de vento, bem como informação sobre aerossóis. Por conseguinte, apoiará substancialmente os avanços da ciência climática e meteorológica.
 - (iii) **CEM-CV** - O projeto de Monitorização do Ecossistema Costeiro em Cabo Verde (CEM_CV) pretende desenvolver normas para um programa de monitorização costeira em Cabo Verde, onde até agora não existem observações sistemáticas do ecossistema costeiro. O objetivo é o de melhorar o conhecimento local sobre o ambiente marinho costeiro e a biodiversidade à volta de Cabo Verde, para apoiar processos de tomada de decisão baseados em evidências científicas. Os requisitos deste programa de observação serão estabelecidos através de uma abordagem de co-design com intervenientes locais e cientistas locais e internacionais e validados por levantamentos de campo com campanhas piloto. Estes levantamentos envolvem diferentes comunidades e utilizarão tecnologias de observação de última geração, incluindo pesquisas baseadas em navios, planadores e drones e sistemas de sensores de baixo custo, baseados em telemóveis.
 - (iv) **COLLECT** - visa a aquisição de dados sobre a distribuição de detritos plásticos costeiros (macro e microplásticos) são normalmente extremamente escassos em ambientes costeiros.
 - (v) **GAME** – A parte prática de cada projeto tem lugar num dos institutos parceiros do GAME (IMar e/ou OSCM) e estas experiências são conduzidas por equipas binacionais que consistem num participante alemão e num estudante do instituto de acolhimento. No ano letivo 2020/2021 o projeto GAME teve como foco o impacto dos ecossistemas costeiros de detritos plásticos do tamanho de um hectare, tais como florestas de mangais, pântanos salgados, costas rochosas, planícies de areia e lama, bem como praias. A principal característica do nosso projeto é avaliar a influência de características e funções do ecossistema de detritos plásticos de grandes dimensões, tais como diversidade, taxas de produção/fotossíntese de oxigénio, produção primária, decomposição de material orgânico, por exemplo, lixo foliar, e o recrutamento de espécies.
 - (vi) **OpenMODs 2.0** – cujo objetivo é produzir protótipos de plataformas de observação oceânica versáteis de baixo custo, prontas para serem testadas e equipadas com uma variedade de sensores e para consolidar e ampliar o potencial da comunidade de utilizadores (nomeadamente países africanos e países costeiros asiáticos) e verificar o potencial desta classe de plataformas para a criação de redes com fins de investigação e educação. Os protótipos de boias derivantes que possam medir correntes, temperatura e salinidade estão a ser desenvolvidos e receberemos duas boias no princípio de próximo ano para os testes no OSCM.
 - (vii) **WASCAL** – Através do Programa de Mestrado em Alterações Climáticas e Ciências Marinhas da Universidade Técnica do Atlântico de Cabo Verde (UTA) é implementado em estreita cooperação com o GEOMAR Helmholtz Centre for Ocean



Research Kiel, a Universidade de Kiel e o Instituto Thünen, como instituições parceiras alemãs e com o Instituto do Mar (IMar) como instituição parceira cabo-verdiana. Este consórcio é bem adequado para fornecer as competências científicas e académicas necessárias em matéria de clima, ciências marinhas e gestão tanto a nível internacional como regional na África Ocidental, num contexto de alterações climáticas. O Programa de Investigação de Mestrado prepara adequadamente os estudantes da África Ocidental para subseqüentes estudos de pós-graduação ou carreiras profissionais como gestores ou peritos na indústria, consultoria, agências governamentais, etc.

C. INICIO DA TRANSIÇÃO PARA A “ECONOMIA AZUL” EM CABO VERDE

O conceito de “economia azul” vai muito além da visão meramente economicista dos oceanos, reduzido a nações industriais de grande escala.

Assim, elege-se este conceito como um dos pilares fundamentais da nossa política, oferecendo-nos uma visão diferente e inovador do mar e da nossa costa, para transformar desafios em oportunidades e criar soluções para o crescimento económico, para a saúde humana, para o meio ambiente, para a criação de emprego e para fomentar um cenário “win-win”, no qual o setor privado é um catalisador para o desenvolvimento económico e a proteção ambiental.

Neste sentido, em conformidade com o Plano de Ação do Mindelo 2019-2021 foram elaborados, aprovados e estão em fase de implementação os seguintes instrumentos:

- (i) A Carta de política para Economia Azul;
- (ii) O Quadro de Estratégia Unificada para a Promoção da Economia Azul em Cabo Verde – (CASUEB);
- (iii) O Programa de Promoção Economia Azul em Cabo Verde – (PROMEIA)
- (iv) O Plano Nacional de Investimentos para a Economia Azul em Cabo Verde (PNIEA) -
- (v) O Observatório da Economia Azul; e
- (vi) O Comité de Pilotagem Intersectorial para a Economia Azul;

D. CRIAÇÃO DE 22 ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

Cabo Verde tem 22 Áreas Marinhas Protegidas, e embora hajam outras áreas para serem classificadas como tal até 2030, no entanto, a estratégia não é proliferar muitas mais zonas marinhas protegidas, mas sim dar mais atenção às áreas já criadas. Com tal, no âmbito do Plano de Ação do Mindelo 2019-2021, estão em fase de elaboração as seguintes ações:

- (i) **Planos de gestão** das Áreas Marinhas Protegidas; e
- (ii) **Monitorização**, no sentido de aferir se verdadeiramente estão a fazer a desempenhar a função que esteve na base a sua criação. Ou seja, como reservas naturais, berçários e zonas de repovoamento;

Trabalha-se neste momento numa estratégia de cogestão destas áreas, onde as comunidades que dependem dos seus recursos se tornam um elemento essencial e parte interessada na proteção das referidas áreas;



E. IMPLEMENTAÇÃO DA AQUACULTURA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

É visível a rápida e complexa transformação do mundo a todos os níveis. A população mundial está em crescimento acelerado, que resultará na necessidade de cada vez mais alimentos ricos em proteína animal e conseqüentemente no aumento da pressão de pesca sobre grande parte dos recursos marinhos. Este cenário faz da aquacultura uma alternativa e resposta economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao aumento da procura, desempenhando um papel cada vez mais importante na produção mundial de alimentos de origem aquática.

A disponibilidade das espécies alvos de captura no mar está ameaçada pela escassez de recursos marinhos (peixes, crustáceos e moluscos), derivada da redução significativa de muitas espécies, fustigadas pela sobre exploração e pela pesca ilegal, Não-declarada e Não-regulamentada (INN), exercida muitas vezes sobre espécies ameaçadas ou em risco de extinção, e por isso protegidas, muitas vezes em período de defeso ou em áreas de proteção.

O rápido crescimento da aquacultura e a melhoria em determinadas populações de peixes, crustáceos e moluscos, permitiu que esse setor se afirmasse a nível global como uma importante alternativa às formas tradicionais de abastecimento de pescado, sendo de salientar que a produção dela proveniente aumenta de forma considerável cada dia, razão pela qual é hoje considerada um setor estratégico, crescente e promissor.

Assim, julgando-se pelas boas condições ambientais de clima, temperatura, qualidade da água, correntes e batimetrias favoráveis em determinadas partes da costa, bem como de infraestruturas de acesso e escoamento de produtos Cabo Verde elegeu a aquacultura ambientalmente sustentável como uma importante alternativa às formas tradicionais de abastecimento de pescado.

Assim, já se encontram em funcionamento os seguintes projetos:

- (i) **Produção aquícola de Camarão, onshore** - um produto com uma pegada de carbono extremamente reduzida; e
- (ii) **Produção aquícola de atum rabilho do Atlântico (*Thunnus Thynnus*), Offshore** - da empresa NORTUNA, na zona de flamengos, ilha de São Vicente.

Ainda para dar suporte da estratégia, e enquadrado no âmbito do Plano de Ação do Mindelo 2019-2021, estão em fase de elaboração ou implementação as seguintes ações:

- (i) **O Quadro Estratégico Nacional para Aquacultura** que para além de mapear as potenciais zonas de implementação de projetos de aquacultura, cria um conjunto de medidas para prevenir eventuais danos ao meio marinho que possam resultar dessa atividade;
- (ii) **O Estudo sobre a demanda de produtos pesqueiros que podem ser abastecidos por meio da produção aquícola** - atividade em curso;
- (iii) **Produção de um banco de dados para o estudo da biologia reprodutiva do sargo (*Lithognathus mormyrus*)** - já foram adquiridas e realizadas as amostragens biológicas;
- (iv) **Produção do estudo da biologia reprodutiva do olho largo (*Selar crumenophthalmus*)** - já foram adquiridas e realizadas as amostragens biológicas; e



- (v) **Produção do estudo da biologia reprodutiva da cavala preta (*Decapterus macarellus*)** - já foram adquiridas e realizadas as amostragens biológicas.

F. CRIAÇÃO DO FUNDO AUTONOMO DAS PESCAS (FAP)

Propôs-se promover o desenvolvimento das pescas, através de uma visão reformista, no sentido de tornar o setor mais moderno, sustentável, formalizado e seguro. Por outro lado, visa, fundamentalmente, promover a transição gradual da pesca artesanal para uma de pequena escala sustentável, que imprime maior eficiência e raio de ação às embarcações, passando a pescar em sítios com maior disponibilidade de recursos, rentabilidade económica e segurança alimentar, com os seguintes objetivos:

- (i) **Diminuir** a pressão sobre especiais costeiras;
- (ii) **Promoção** da diversificação das capturas; e
- (iii) **Promoção** da mudança de hábitos alimentares da população, por forma a não saturar determinadas capturas.

Também, com esta visão, pretende-se ainda intensificar o incentivo e a promoção da utilização da eletricidade em vez do combustível na indústria pesqueira. Para isso, no âmbito do Plano de Ação do Mindelo 2019-2021, estão em curso as seguintes ações:

- (i) **Projeto piloto e experimental de mobilidade elétrica**, com a aquisição de motores elétricos, para embarcações de pescas;
- (ii) **Instalação de painéis solares como fontes de energia das máquinas** de produção de gelo do país;
- (iii) **Instalação de painéis solares como fontes de energia das câmaras de refrigeração** e conservação de pescado; e
- (iv) **Aquisição de baterias** recarregáveis.

Destaca-se ainda, as seguintes ações, que traduzem as preocupações de sustentabilidade do FAP:

- (i) **O FAP financiou a Associação HELP – ONG na produção dos 15 episódios do Programa Help Ocean** que visa sobretudo promover a proteção do ambiente, do oceano e os seres que nele habitam;
- (ii) **O FAP financiou a ADRCSA Ponta de Pom no Projeto de Conservação e Proteção das Tartarugas Marinhas** em 2021;
- (iii) **O FAP financiou iniciativa da Artikul CJ Lda na Produção do Documentário "Shore Jigging" - Novas Técnica de Pesca Sustentável**, menos lesivos ao ambiente marinho.

G. COMBATE À PESCA ILEGAL, NÃO DECLARADA E NÃO REGULAMENTADA EM COOPERAÇÃO COM DEMAIS MEMBROS DA CPLP

Em novembro passado a IGP (inspeção geral das Pescas) participou, em representação de Cabo Verde, no evento virtual paralelo à Conferência "Crescendo Azul" (realizada em Moçambique), que contou com a participação virtual de todos os países da CPLP e tinha como objetivo a troca de experiências e a identificação de necessidades entre os estados membros (EM).

Nesse evento paralelo sobre o combate à pesca ilegal, cada um dos EM, incluindo Cabo Verde, apresentou a sua visão sobre os "Principais desafios no combate à pesca INN –



de que forma o network da CPLP pode contribuir para os ultrapassar?” e foram lançadas as bases para a elaboração e adoção de mecanismos de cooperação entre os EM da CPLP para combate à pesca INN, com vista à celebração de um instrumento juridicamente vinculativo para a criação de uma plataforma de cooperação para reforço das capacidades de combate à pesca INN.

Na sequência desse encontro, a Inspectora Geral das Pescas foi indigitada como Ponto Focal de Cabo Verde para trabalhar com a equipa da FAO e da CPLP na definição dos termos do instrumento a celebrar, incluindo a discussão detalhada das áreas de cooperação a elencar e a articulação com o MNEC, com vista à futura concertação nessa matéria.

Já como ponto focal, a Inspectora Geral das Pescas, participou virtualmente, em fevereiro de 2022, num seminário, à margem da Ocean Week de Angola, que tinha como objetivo principal dar seguimento à troca de experiências entre os EM iniciada no evento paralelo de Moçambique, tendo saído do encontro a proposta da “Declaração do Namibe”, que define e estabelece os eixos de cooperação a implementar no seio da CPLP. No seminário de Namibe foi também decidido estabelecer um grupo de trabalho composto por juristas e especialistas em negociações multilaterais, tendo sido indigitado o jurista da IGP, Sandro Ramos.

Cabo Verde validou a Declaração do Namibe e, na sequência, iniciaram-se uma série de reuniões virtuais para discussão e aprovação do Instrumento Jurídico, como abaixo se descreve:

30 de março - 1ª Reunião Mensal do Grupo de Trabalho, em que os EM apresentaram o desenvolvimento das ações desencadeadas após a reunião de fevereiro em Angola;

11, 20, 28 de abril – reuniões virtuais dos juristas, nas quais participou o Dr Sandro, visando analisar a proposta de Instrumento Jurídico e redigir o documento final, que deverá ser apresentado e aprovado pelos MM dos EM, na reunião à margem da Conferencia dos Oceanos. O caráter vinculativo, ou não, do Instrumento Jurídico foi objeto de larga discussão, resultando em duas possibilidades:

- A manutenção do carácter vinculativo seria, por um lado, mais consistente com a Declaração do Namibe, validada pelos EM, portanto, provavelmente, a forma ideal a adotar. Por outro lado, a vinculação acarreta a necessidade de consulta e envolvimento de diferentes entidades, processo que pode ser muito moroso, podendo inviabilizar a intenção de ver o documento aprovado durante a Conferencia dos Oceanos. Além disso, as suas normas teriam de ser acolhidas pelo Direito interno dos EM, impossibilitando a sua imediata aplicação. Consequentemente, a opção por um Instrumento juridicamente vinculativo, poderá não permitir atingir o objetivo de se ter uma Plataforma de Cooperação operacional, com órgãos próprios e um plano de ação aprovado a breve tempo.
- Um instrumento jurídico sem carácter vinculativo, poderá dar mais garantias e entrar em vigor logo após a sua adoção, começando a produzir efeitos, permitindo ter uma plataforma efetiva de forma imediata.



A posição de Cabo Verde tende para esta segunda opção, pelas razões apontadas, mas também porque é necessário acautelar a natureza vinculativa, considerando as disparidades existentes entre os países membros em termos de capacidades de implementação das medidas que do referido instrumento podem advir.

5 de maio - 2ª Reunião Mensal do Grupo de Trabalho, em que os EM apresentaram o desenvolvimento das ações desencadeadas após a reunião a reunião de 30 de março. Estando ausente em viagem com o MM, participou o Dr. Sandro, que apresentou a nossa visão previamente concertada.

17 de maio – Novo encontro dos juristas, tendo sido dada continuidade à discussão em torno do Instrumento Jurídico, nomeadamente o âmbito da sua aplicação, os princípios e objetivos.

25 de maio - agendado novo encontro de juristas para conclusão da redação do documento relativo ao Instrumento Jurídico.

6 de junho – 3ª Reunião dos Pontos Focais, para apresentação da versão final do documento do Instrumento Jurídico, devendo cada EM ter uma posição definida relativamente à sua natureza.

3.2. DESAFIOS

A. POLUIÇÃO POR PLÁSTICO: NOVA LEI DO PLÁSTICO, MEDIDAS E ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DO CONSUMO E ERRADICAÇÃO DA POLUIÇÃO

Pouco mais de 300 milhões de toneladas de plástico são produzidas anualmente em todo mundo, para uso em uma ampla variedade produtos consumíveis. Destes, estima-se que, anualmente, pelo menos 14 milhões de toneladas de plástico acabam nos oceanos, representando já aproximadamente 80% do lixo marinho encontrado tanto na coluna de água como no fundo do mar.

O lixo plástico encontrado nos oceanos tem proveniência terrestre, nomeadamente dos sistemas urbanos de drenagem de águas pluviais, saturação dos sistemas de esgoto, lixo, abandono do plástico na via pública, inadequado sistema de gestão de resíduos plásticos, atividades industriais, desgaste de pneus por atrito, construção e despejos ilegais, da indústria pesqueira e das atividades náuticas, todos, tendo como base a ação humana.

Pela incidência de raios ultravioletas solares, ventos, correntes e outros eventos naturais, o plástico decompõe-se em pequenas partículas, com menos de que 5 mm, que se convencionou chamar de microplásticos, dificultando a sua deteção e facilitando a ingestão acidental pelas espécies marinhas, ameaçando a segurança e a qualidade dos alimentos, a saúde humana, o turismo costeiro e contribuindo para as mudanças climáticas, que resultam em aquecimento e acidificação dos oceanos, bem como eventos naturais frequentes e destruidores.



Cabo Verde ainda carece de infraestruturas para prevenir a poluição plástica, como: aterros sanitários; instalações de incineração; capacidade de reciclagem e infraestrutura de economia circular; bem como a gestão adequada e eliminação de sistemas de resíduos. Tudo isto faz com que se descarte o plástico nas ruas, que depois vai parar ao mar. Por outro lado, a importação excessiva de resíduos plásticos também pode prejudicar os ecossistemas, onde os sistemas de gestão de resíduos não são suficientes para conter o consumo excessivo resíduos plásticos.

Assim, no âmbito do Plano de Ação do Mindelo 2019-2021, estão planificadas as seguintes ações:

- (i) **Aprovação de de uma nova lei para tornar a importação do plástico mais rígida**, disciplinar a comercialização e utilização e criar incentivos para reforçar a reciclagem, como medidas necessárias para proteger o mar dos plásticos que utilizamos;
- (ii) **Elaboração do Plano nacional de reciclagem**, para transformar o desperdício plástico em materiais ou produtos de potencial utilidade;
- (iii) **Implementação do conceito de economia circular**, enquanto um conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia.

B. DIVERSIFICAÇÃO DAS CAPTURAS ALVO

A garantia da sustentabilidade dos stocks de pescado, sem a penalização do setor e da economia cabo-verdiana, está dependente da diversificação das espécies capturadas. Assim, o foco neste momento é uma aposta clara na promoção da diversificação das capturas alvo e consequentemente promover a mudança de hábitos alimentares da população, por forma a não saturar determinadas capturas tradicionais.

Para isso, no âmbito do Plano de Ação do Mindelo 2019-2021, estão planificadas as seguintes ações:

- (i) **Realização de novas prospeções** sejam de novos recursos sejam de novos bancos, descongestionando as tradicionais e em stress.
- (ii) **Introdução de novas artes de pesca;**
- (iii) **Implementação de novas medidas de gestão para o seguimento**, como a reavaliação dos períodos de defeso existentes e estudar de os alargar a outras especiais, bem como fazer uma nova avaliação dos tamanhos mínimos comercializáveis;
- (iv) **Implementação, no âmbito do plano de retoma, um programa incentivar os armadores a mudarem para embarcações especializadas** em outras artes ou então reconvertê-las para a captura de novas espécies demersais, sobretudo as que ainda têm um potencial significativo a ser explorado.

C. CRIAR UMA REDE DE PORTOS AZUIS EM CABO VERDE

Existe a necessidade de todos os portos cabo-verdianos serem exemplos: na redução progressiva das emissões de gases com efeito de estufa até que seja atingida a neutralidade; no crescimento económico baseado nos princípios da economia circular; e na transição azul para uma sociedade justa e sustentável e uma economia marítima competitiva.



Os portos nacionais apenas serão considerados portos sustentáveis quando as suas atividades forem ancoradas na produção e armazenamento de energias renováveis, bem como na promoção da produção interna de biocombustíveis avançados para, no seu conjunto, garantir o abastecimento de energia e combustíveis de baixas ou nulas emissões a toda a atividade portuária e no transporte marítimo de/e para o porto. Tudo isto engloba, obviamente, todos serviços portuários, equipamentos e operações portuárias, navios, embarcações e veículos rodoviários.

Para atingir os níveis e desenvolvimento preconizados, a estratégia passa também, pela digitalização dos serviços portuários, por forma a atingir um nível de poupança de energia e a eficiência no fluxo contínuo de pessoas e bens, nas operações de transferências modais interligadas de mercadorias, na competitividade e crescimento a atividade económica portuária, no desenvolvimento social e a melhoria ambiental, visando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Assim, no âmbito do Plano de Ação do Mindelo 2019-2021, são identificados os seguintes desafios dos portos nacionais:

- (i) Digitalização de toda a atividade portuária;
- (ii) Eficiência energética em edifícios, serviços e atividades portuárias;
- (iii) Eficiência das Cadeias Logísticas;
- (iv) Fontes portuárias de energia renovável e Serviços Portuários de Fornecimento destas mesmas Energias; e
- (v) Criação de Cidades Portuárias Inteligentes, como por exemplo, a criação da Zona Económica Especial Marítima de São Vicente (ZEEM-SV).

4. OPORTUNIDADES PARA COOPERAR AINDA MAIS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS COMUNS DA AÇÃO OCEÂNICA POR MEIO DA COOPERAÇÃO NA CPLP

- Utilização conjunta do Centro Oceanográfico do Mindelo, para que este seja um centro de referência para os Estados Membros da CPLP e estes possam beneficiar do centro;
- Envolvimento forte, comprometida e coordenada dos os Estados Membros da CPLP na iniciativa na proposta de declaração do Direito dos Oceanos, porque precisamos de um conjunto de regras para protegê-lo efetivamente;
- Engajamento forte os Estados Membros da CPLP em evidenciar a premente necessidade de explorar acordos juridicamente vinculativos novos e o operacionalizar os existentes para lidar com a poluição marinha por plásticos; e
- Apoio claro e expressivo os Estados Membros da CPLP na efetivação de um acordo internacional juridicamente vinculativo até 2024, que resulta da resolução histórica da Assembleia da ONU para o Meio Ambiente, pelo Fim da Poluição Plástica, considerado como o mais histórico da proteção dos oceanos, aprovado no passado dia 2 de março em Nairóbi, por 175 nações;